Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Lingüística Indígena e Educação na América Latina

Lucy Seki (Org.)

EDITORA DA UNICAMP

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

A QUESTÃO DA DOCUMENTAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL INDÍGENA

Carlos de Araujo Moreira Neto

Em 1985 fui procurado, no Museu do Índio, por um grupo de índios Potiguara da Baía da Traição, Paraíba. O tema da conversa foi as más condições de vida desses índios, agravadas pelos temores em relação ao futuro. Finalmente, um dos índios, que era uma espécie de líder ou porta-voz dos demais, transmitiu-me uma solicitação inesperada. Os Potiguara, que totalizam cerca de cinco mil pessoas, ainda ocupam o mesmo local onde tiveram o primeiro contato com os europeus, por volta de 1501. Ao longo de quase cinco séculos de opressão, os índios perderam quase tudo, menos a vontade de sobreviver e a consciência inescapável de que são índios. Para os Potiguara, em 1985, a recuperação do domínio e uso de sua língua indígena era um processo essencial, parte desejada e necessária de seu esforço de sobrevivência como indivíduos e como povo.

Minha demissão, pouco depois, impediu-me de continuar acompanhando a luta dos Potiguara pela recuperação de sua herança cultural.

Um dos modos mais insidiosos de desterrar o índio da consciência e da memória da nação faz-se ela eliminação ou esquecimento dos documentos que a ele se referem. Estão entre estes os manuscritos de arquivos, os livros e outras publicações e, também, filmes, iconografia, registros sonoros, artefatos e, mais que tudo, a própria memória indígena, perpetuada e enriquecida pela tradição oral.

A destruição intencional de documentos sobre índios é prática que vem desde o período colonial, como testemunha a frase do coronel Toledo Rendon, em fins do século XVIII, que uso como epígrafe no relatório sobre o Centro de Documentação Etnológica da Funai (publicação anexa). Dou aí, também, notícia do enorme prejuízo causado à cultura nacional e, mais que tudo, aos próprios índios, com a destrui-

ção dos arquivos centrais do Serviço de Proteção aos Índios, em 1967, que, suspeita-se, tenha sido intencional.

Atentados mais recentes são também relatados, como a venda, pelo delegado da Funai do Maranhão, por volta de 1974, de toda a rica documentação da Delegacia, como papel velho. Mais ou menos na mesma época, quase toda a volumosa e importante documentação do Amazonas foi retirada da sede por um funcionário qualificado da Funai e encontra-se desaparecida desde então.

Nesse mesmo ano de 1974 iniciei, por todo o país, a busca e recolhimento de documentos nas várias delegacias e postos indígenas da Funai. Pouco depois organizei o Centro de Documentação Etnológica e Indigenista da Funai, no Museu do Índio, onde foi reunida, classificada e microfilmada aquela documentação. Apesar de todas as carências de verbas, instalações e equipamentos e, sobretudo, de pessoal, foi possível salvar, ordenar e microfilmar cerca de um milhão de páginas de documentos sobre índios.

Esse total expressivo, entretanto, representa pouco em relação ao acervo total da Funai. Só no chamado "arquivo morto" do órgão, em Brasília, haverá um volume maior de documentos que o até agora processado.

Enquanto isso, as perdas de peças únicas e insubstituíveis continuam: os filmes cinematográficos do Museu do Índio, — muitos da época da Comissão Rondon — e todos do maior valor científico e cultural, foram transferidos para a Cinemateca de São Paulo, onde teriam sido destruídos por um incêndio. Ainda mais recentemente, por ocasião da transferência da Delegacia Regional de Bauru para Londrina, toda a documentação existente sobre os índios da região foi extraviada e não mais recuperada.

As perdas sofridas nos últimos anos pela documentação indígena é coerente com o modo autoritário e injusto que constituiu a norma do tratamento dispensado aos índios pelos governos passados.

Já é tempo de tratar essas questões com maior sensibilidade, espírito público e competência. Nos parágrafos seguintes, proponho-me fazer algumas sugestões concretas sobre a questão da documentação indígena e, de modo mais amplo, sobre a preservação do patrimônio cultural indígena.

É indispensável considerar, de início, que a Funai, presa a uma crônica de meios e assoberbada por um quadro não menos permanente de crises e conflitos entre índios e a sociedade nacional, dificilmente poderá ampliar, em tempo previsível, o parco apoio que presta ao Mu-

seu do Índio e ao Centro de Documentação. Para quaisquer programas de maior vulto será, portanto, forçoso o recurso a outras instituições. Entre todas, a Secretaria de Cultura da Presidência da República é a agência governamental que está mais próxima das preocupações quanto ao salvamento e conservação dos bens culturais indígenas.

Para o Museu do Índio e o Centro de Documentação seria alentadora qualquer possibilidade de apoio ou colaboração da Secretaria de Cultura em relação a projetos concretos sobre o acervo cultural indígena.

No âmbito dessas preocupações, é fundamental a criação de uma base institucional adequada, que tanto possibilite a expansão do trabalho de documentação indígena, quanto concretize uma cooperação direta entre a Fundação Nacional do Índio e outros órgãos governamentais.

Isso se daria através da fundação de um Centro para a História e Cultura Indígena, com profissionais competentes, voltados para o tratamento, análise e publicação de acervos relevantes para a história das populações indígenas brasileiras, o que por outro lado traria contribuição fundamental para a compreensão do próprio processo de formação da nacionalidade brasileira. Nas condições atuais, o modo mais adequado de realizar isso seria através da utilização de acervos e potencialidades do Museu do Índio, capaz de oferecer trabalho especializado e a experiência do Centro de Documentação.

Através da cooperação interinstitucional criar-se-ia um núcleo dinâmico de atividades para a preservação da cultura indígena que teria condições imediatas de produzir resultados concretos. Essa colaboração deveria ter início em torno de projetos concretos e específicos bem definidos.

Nos Estados Unidos funciona, com grande prestígio cultural e acadêmico, um *Center for the History of the American Indians*. O exemplo do *Center* pode ser útil para a programação de instituição similar no Brasil.

Importa salientar que a localização desse trabalho interinstitucional no Rio de Janeiro é por muitas razões conveniente. Não só aí existem condições privilegiadas para essa classe de trabalho intelectual, com os grandes arquivos, bibliotecas e mapotecas de acesso indispensável para as preocupações aqui descritas, como também aí situa-se o Museu do Índio. Este, de todas as instituições do Rio de Janeiro, seria o local mais adequado de instalação desse projeto, por sua vocação temática, por sua experiência, pelo setor de pesquisa e processamento de documentos históricos e por seus especialistas.

A coleção Aureo Rénaul reúne um dos mais preciosos acervos de informação primária sobre os índios de Minas Gerais. A coleção reúne cerca de 2.500 manuscritos inéditos, produzidos entre 1849-1888 por agentes oficiais e missionários. Este foi o período em que desapareceu a maioria dos grupos indígenas de Minas. Boa parte da documentação foi elaborada por pessoas em contato direto com os índios, o que fornece um testemunho presencial para a história da decadência e extinção de tantas sociedades indígenas. Tal processo de extermínio constitui um dos pontos cegos da história mineira, que cumpre resgatar e reparar. Trata-se, repetindo Capistrano de Abreu, de dívida que não admite moratória.

Propõe-se a edição integral dos documentos numa série de volumes, com um total de cerca de 3.000 papéis e documentos, além da introdução, notas histórias e etnológicas, mapas e monografias. A série conteria de seis a oito volumes grandes.

Com auxílio das mapotecas do Itamaraty, do Serviço Cartográfico do Exército, da Biblioteca e Arquivo Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro etc., pretende-se incluir na obra toda a cartografia mineira da época.

O programa deveria manter-se aberto e receptivo aos interesses da consulta e colaboração de pesquisadores mineiros ou especialistas em história e cultura de Minas Gerais.

A duração do programa será de cinco anos. Ao final do primeiro ano pretende-se ter publicado o volume inicial da série. A partir daí novo volume deve estar concluído a cada seis, oito meses. Como complemento indispensável a esse trabalho e suas preocupações principais, toda a coleção Aureo Rénault deve ser microfilmada.

Trata-se de projeto suficientemente ambicioso e relevante para testar a eficácia do Centro para a história e cultura indígena atrás proposto. O sucesso desse projeto inicial consolidaria o órgão que poderia propor-se outros projetos, como o da constituição de acervos documentais ao menos para os maiores grupos indígenas brasileiros.

A partir, portanto, dessa segunda etapa, estaríamos comprometendo o Centro com um trabalho de devolução de conhecimento acumulado pela sociedade nacional às comunidades indígenas. Isso pode e deve ser feito em várias etapas e de modos diversos. Um desses será a reunião, em um ou mais volumes, de toda a informação disponível, de arquivos ou publicadas, sobre certos grupos indígenas, acompanhados de mapas, fotos e demais ilustrações que documentem a cultura indígena, mas também a história e os direitos indígenas. Para essa ques-

tão de direitos, tais publicações poderão atuar como instrumentos poderosos na luta pelos interesses indígenas e no esclarecimento da sociedade nacional.

A intenção seria a de publicar informações exatas, em linguagem acessível sobre a cultura, história e direitos de cada um desses grupos, conseguindo-se através dos índios letrados que toda a comunidade venha a ser informada, criando-se, assim, um instrumento de informação extraordinariamente importante para a recuperação de seus bens culturais e materiais.

1. Programa de devolução cultural

Nos parágrafos seguintes procurarei formular, de modo preliminar, alguns projetos de natureza cultural que me pareceram viáveis e relevantes em relação a populações indígenas do país. Os projetos visavam não só o conhecimento dessas sociedades mas, também, uma ação cultural que poderia ser desenvolvida em seu benefício. Desse modo, os índios deixariam de ser meros objetos de curiosidade intelectual para se transformarem em beneficiários e co-participantes da soma de conhecimentos que, sobre eles, acumulou a sociedade nacional.

A idéia central que unifica todos aqueles projetos é a afirmação da possibilidade de um programa que tenha como meta principal a devolução, às sociedades indígenas, de parte de conhecimento que sobre elas foi acumulado historicamente.

Os índios brasileiros têm sido submetidos, ao longo da história, a formas de relacionamento com a sociedade nacional que determinam, por via de regra, a desintegração de seus modos de atuação sobre a natureza, de suas instituições e de sua visão do mundo. Por tal processo os índios são privados, a um só tempo, de sua herança material e cultural e de sua história, e da capacidade de fazê-las ou de reconstituí-las. Convertem-se, assim, em populações desorganizadas e marginalizadas, tanto em relação a seus bens tribais quanto à possibilidade de participação, mesmo em nível de precariedade extrema, nos bens e valores produzidos pela sociedade nacional.

A despeito disso, os índios brasileiros como um todo — principalmente em grupos maiores, que sobreviveram à ameaça de perecimento biológico e cultural — têm crescido demograficamente e nada indica que irão extinguir-se fisicamente ou descaracterizar-se totalmente da condição de povos distintos da sociedade dominante. Isso quer dizer

que os índios constituem um segmento diferenciado e permanente da sociedade brasileira global. O impacto da conquista e da situação colonial é para os índios situação permanente, da qual devem ser resgatados pela intervenção do Estado. O programa de devolução cultural pode vir a ser parte importante e necessária desse resgate.

O programa de devolução cultural aos grupos indígenas implica, essencialmente, a reunião, análise, ordenação e reprodução de documentos de toda a sorte que interessam à história e à cultura indígena. Esses documentos incluem textos impressos ou manuscritos, registros sonoros, fotografia e cinema, iconografia e cartografia, peças etnográficas etc. Um item de importância essencial é a tradição oral do grupo, que deve ser registrada como parte do programa. Com base nesses registros e na documentação precedente será elaborado um texto de síntese sobre a história e a cultura do grupo, que servirá de guia e introdução aos documentos originais.

Como o programa pretende que os bens culturais, objeto do processo de devolução, sejam transferidos integralmente ao domínio do grupo indígena, é indispensável limitar o projeto a grupos que ofereçam condições mínimas de utilização frutífera do acervo. Assim, o grupo deve ser suficientemente denso em população, possuir uma porcentagem mínima de membros letrados e ter uma dimensão histórica de contato com a sociedade nacional bastante ampla e documentada. Certamente não será possível levar, nas condições atuais, o programa a todos os grupos indígenas ou, sequer, à maioria deles. Uma escolha criteriosa dos grupos receptores será condição básica para a viabilidade do programa. Encontram-se na situação descrita muitos dos grandes grupos indígenas brasileiros, a exemplo dos Guarani, Potiguara, Kaingang, Macuxi, Munduruku, Xavante, Tukuna, Maué, Tukano, Kayapó etc.

Outra pré-condição essencial é a integração ao projeto, desde seu início em todas as etapas de desenvolvimento, de um ou mais membros do grupo indígena a que se destina, com qualificações de certo nível de educação formal e interesse intelectual. Caberá a esses a tarefa posterior de ocupar-se do acervo na área indígena, zelando por sua guarda e eventual utilização pelo grupo, cujo interesse deverá atrair.

O conjunto de documentos, que constitui a parte imediatamente resgatável da herança cultural indígena, deverá ser conservado permanentemente na posse do grupo receptor, em instalações adequadas. Essa unidade local constituiria uma Casa de Cultura Indígena, dirigida e usada por índios para reuniões, rituais ou qualquer outro uso que enten-

dam lhe dar, sem a presença de brancos, sejam agentes indigenistas ou quaisquer outros.

Para os grupos com maior dimensão histórica de contato, como os Guarani ou os Potiguara, a documentação imediatamente acessível, nos grandes arquivos ou bibliotecas, estende-se por mais de 450 anos. Em tais condições, a documentação disponível em fontes impressas ou manuscritas será demasiado volumosa para permitir sua reprodução exaustiva. Será indispensável uma seleção de materiais, com aproveitamento dos mais significativos.

Atenção especial deverá ser dada à documentação originária da Comissão Rondon e do Serviço de Proteção aos Índios, que escapou ao incêndio que destruiu os arquivos centrais do SPI em 1967 e foi, posteriormente, microfilmada pelo Centro de Documentação Etnológica. Nesse esforço de salvamento foi possível microfilmar cerca de um milhão de páginas de documentos daquela origem. Posteriormente fiz reproduzir integralmente esse acervo, disponível para projetos como o que aqui se sugere. O mesmo não ocorreu, lamentavelmente, com a documentação produzida pela Funai, ameaçada atualmente por riscos de dispersão ou perda irremediável.

Incêndio consumiu História dos índios

Da Sucursal de Brasília

O fogo que destruiu anteontem os sete andares do edifício do Ministério da Agricultura consumiu também — por falta de proteção adequada — parte importante da História dos indígenas no Brasil: com as fichas, relatórios e toda a papelada burocrática do Ministério, desapareceram os arquivos do Serviço de Proteção aos Índios, onde se encontravam documentos relacionados com os silvícolas do Brasil, desde a proclamação da República.

Esses documentos haviam sido trazidos para Brasília em 1961, quando da mudança do SP1 para o DF. Havia filmes da pacificação das últimas tribos de silvícolas hostis e gravações feitas vinte anos atrás, algumas delas de cantos de tribos que não mais preservam sua cultura ou que já desapareceram. Perderam-se peças de trabalhos indígenas (redes, objetos de palha, barro etc.), algumas insubstituíveis e valiosas para a Etnologia.

Entre a documentação perdida, havia documentos assinados pelo marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, e documentos da Comissão Rondon. Desapareceram alguns dos mais im-

portantes documentos da vida e obra de Rondon, parte importante da luta pela conquista da terra onde correm os rios Guaporé, Madeira e o Negro.

FRANCISCO MEIRELES

Todos os relatórios, com fotografias históricas do sertanista e pacificador de índios Francisco Meireles, também não existem mais. Versavam sobre a pacificação dos xavantes, caiapós e pakaas-novas, além de outras tribos.

Queimou-se também uma carta em que Rondon pedia ao ex-presidente Vargas que o governo não cortasse completamente o apoio financeiro ao SPI.

MICROFILME

Essas perdas, comenta-se, poderiam ter sido evitadas com relativamente poucas despesas. Os arquivos do SPI poderiam ter sido fotografados em microfilmes, que seriam guardados em cofres à prova de fogo. Mas, documentos, fotos, cartas e mapas originais eram guardados em envelopes e jogados em prateleiras, dentro de armários de madeira.

SALVA UMA PARTE

Uma pequena parte dessa documentação ainda pôde ser salva por cópia, graças ao trabalho de um escritor norte-americano — Lance Belville — que há um mês passava 10 horas por dia no SPI, colhendo material para a elaboração de um livro sôbre aquele Serviço e suas relações com os índios. Os documentos por ele consultados — e alguns copiados — abrangem principalmente o período de 1938 para cá. Mas ele copiou também alguns documentos referentes ao século passado. Lance Belville, que está há 4 anos radicado no Brasil, lamenta muito a perda do que chama de "verdadeira fortuna histórica". Diz ele que agora vai passar à segunda etapa do seu trabalho, que consiste em gravar entrevistas com os homens mais importantes nessa luta pelo desbravamento do sertão brasileiro.

OTIMISMO

"Recomeçaremos das cinzas" disse o ministro Ivo Arzua ao chegar a Brasília procedente de Florianópolis, quando se inteirou dos pormenores do incêndio que destruiu a maior parte do Ministério da Agricultura. "A hora não é para desânimo, e todos nós devemos erguer

a cabeça e começar tudo de novo, com outro impulso de coragem e otimismo'', disse o ministro. O sr. Ivo Arzua determinou a constituição de diversos grupos de trabalho para executar imediatamente providências para a recuperação do Ministério: um grupo efetuará completo levantamento do material destruído, para que seja solicitado à Presidência da República o crédito necessário; outro grupo estudará a maneira de instalar provisoriamente o Ministério; um terceiro está encarregado da aquisição de material necessário para que o funcionalismo desenvolva normalmente suas atividades e, finalmente, outra equipe acompanha a perícia que é realizada para apurar as causas do sinistro.

A documentação oficial sobre índios, produzida de modo sistemático e regular durante o Império e a República (Comissão Rondon, SPI e Funai), representa o acervo mais importante sobre ação indigenista e a condição material e social dos índios, com especial relevo para as questões de terras. Estas são, sem qualquer dúvida, o mais importante fator de sobrevivência das comunidades indígenas e um item inevitável em todas as relações e conflitos com a sociedade nacional. O simples recolhimento e transferência aos índios de informações confiáveis sobre suas terras e os instrumentos administrativos e legais que as asseguram constituiria justificativa suficiente para o programa de devolução cultural.

Além dessa documentação de natureza oficial, cuja posse e uso sob a forma de microfilmes estão assegurados, é indispensável uma pesquisa documental sistemática nos grandes arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro (Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional, Mapoteca e Arquivo Histórico e Biblioteca do Itamaraty, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro etc.) e, ao menos, nos mais importantes arquivos regionais (Pará, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais etc.).

O mesmo deverá ser feito em relação a fontes impressas que, por seu volume ou caráter pouco acessível (obras extremamente especializadas, ou em língua estrangeira etc.), terão, necessariamente, caráter seletivo. Essas limitações são inevitáveis quando se considera que um grupo indígena, como os Guarani já citados — e o exemplo não é único — têm uma bibliografia de centenas de volumes.

A constituição de acervo de uma Casa de Cultura Indígena deverá ser rico quanto possível, mas os critérios de volume e de erudição deverão sempre subordinar-se ao valor de uso da informação pela comunidade indígena, na reconstrução de seu passado histórico e no asseguramento de seus bens e direitos atuais.

A realização concreta do programa, mesmo no nível inicial de um projeto-piloto, limitado a um único grupo indígena, pressupõe exigências mínimas no que respeita a especialistas e auxiliares, equipamentos e instalações, material de consumo, serviços de terceiros e outros gastos. O custo, mesmo estimativo, não pode ser avaliado de momento.

2. Projetos-piloto

Há alguns anos encaminhei a vários intelectuais e líderes indígenas, entre eles Daniel Cabixi, dos índios Paresi, uma versão preliminar de meu projeto sobre as Casas de Cultura Indígena, como forma e núcleo físico de suporte do programa de devolução cultural. Depois de minha volta à direção do Museu do Índio, tive contato, em Brasília, com duas jovens intelectuais desse grupo, Maria Helena Azumezukeno e Chiquinha Nezokemaero, que me deram cópia de um projeto elaborado pelos próprios índios, com a participação de João Arrezomae (João Garimpeiro) e de Daniel Cabixi, além das já nomeadas. Esse projeto foi encaminhado, em 1990, ao Museu do Índio, onde não produziu qualquer reação significativa.

O fato de que os próprios índios tenham a iniciativa de elaborar um projeto para a recuperação de seu patrimônio cultural é suficiente indicação da importância e urgência do programa.

Outro grupo interessado em programas desse tipo é o dos Munduruku de Coatá-Laranjal. Um jovem professor dessa área indígena, Francisco Cardoso Munduruku (Chiquinho Munduruku), foi fundador e presidente da Organização das Comunidades Indígenas Munduruku (Ocim), e está permanentemente interessado no resgate da cultura de seu povo. Através de contato pessoal com ele, foi decidido sugerir à Funai um estágio prolongado desse professor no Museu do Índio, onde, à vista da documentação existente nos grandes arquivos, bibliotecas e museus do Rio de Janeiro, será elaborado um plano de levantamento e reprodução sistemática de todas as informações relevantes sobre os Munduruku.

Proximamente haverá encontro, já programado, com Daniel Cabixi e outros líderes Paresi, para a implementação do projeto referido.

Centro de Documentação Etnológica da Funai

Carlos de Araujo Moreira Neto*

Não é possível narrar todas as torturas que se tem feito aos índios, porque a maior parte dos seus archivos não existem: é um systema conhecido dos encarregados máos consumirem os documentos que para o futuro os podem acusar...

(Toledo Rendon, Mem. Ald. Ind. S. Paulo, 1798) RIHGM, IV: 304.

Este estudo pretende ser um balanço de minha atividade como coordenador do projeto do Centro de Documentação Etnológica e Indigenista da Funai, sediado no Museu do Índio e cuja criação foi sugerida por mim, em 1974, como resposta à situação crítica do setor pela destruição dos arquivos centrais do Serviço de Proteção ao Índio, em 1967.

Há muitos anos que eu vinha trabalhando com informações de natureza etnohistórica, desde os tempos de aluno bolsista do Curso de Aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, dirigido por Darcy Ribeiro, no Museu do Índio, entre 1954 e 1957. Posteriormente, como pesquisador, professor e assessor para questões etnológicas e indigenistas de várias instituições, como o Museu Goeldi, a antiga Universidade do Brasil, o Serviço de Proteção aos Índios, a Universidade de Brasília e, finalmente, o Instituto Indigenista Interamericano (OEA, México), pude dedicar-me mais demoradamente, ao lado do trabalho de campo entre grupos indígenas, à análise de fontes documentais e bibliográficas importantes para o estudo das relações históricas entre índios e brancos no Brasil e em outras áreas da América Latina. Mais recentemente, como bolsista do CNPq, elaborei minha tese de doutorado com materiais da mesma natureza ("A política indigenista brasileira durante o século XIX", Rio Claro, 1971). Foi também importante minha experiência como etnólogo do Instituto Indigenista Interamericano no México, e em alguns países andinos (Colômbia, Equador, Bolívia), nos quais a larga dimensão temporal do contato dos colonizadores com grandes massas indígenas, aliada às peculiaridades históricas da situação intercultural, produziu uma quantidade extraordinária de informações relevantes. Acumulou-se, assim, desde o início do período colonial, um volume muito grande de relações, informes, memórias, crô-

---

* Doutor em Antropologia; ex-coordenador do projeto do Centro de Documentação Etnológica e Indigenista da Funai; professor em cursos de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense; bolsista do CNPq.

nicas (inclusive em língua indígena), tratados, convenções, títulos de terras e outros documentos de natureza administrativa e legal, conservados cuidadosamente por cada "pueblo" ou "cabildo" indígena como testemunho e garantia de seus direitos.

Dessa experiência ficou-me a idéia de que seria possível a organização de um arquivo para cada grupo indígena (ou, pelo menos, para os grupos mais importantes demograficamente e com maior dimensão de contato histórico) que contivesse, ao lado das informações de importância etnológica e indigenista, os dados e documentos de natureza legal ou meramente informativa sobre suas terras. A devolução, aos grupos indígenas, dessas informações, acompanhadas dos dados etnológicos e lingüísticos disponíveis, sob forma e linguagem que as tornassem assimiláveis pelos membros *letrados* do grupo, significaria, na prática, a reintegração dos índios na posse de parte de sua memória histórica e cultural e dos títulos afiançadores de seus direitos sobre terras e outros bens. Os recentes movimentos reivindicatórios de vários grupos indígenas, como os Kaingang, Guarani, Xavante, Guajajara etc. demonstram que os índios assimilam e utilizam, com grande acerto e eficácia, as poucas informações acessíveis sobre sua história e seus bens materiais e culturais. Sempre me pareceu que o Centro de Documentação Etnológica (CDE) devia buscar modos concretos e viáveis de pôr-se diretamente em contato com as comunidades indígenas brasileiras.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org